



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de
Regularização Ambiental

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRRA nº. 98/2021
Uberlândia, 13 de setembro de 2021.

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 35122614 (SEI)			
Processo SLA N.º 4442/2021		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR:	ADAMILTON GONÇALVES ROSA	CPF: 839.912.476-15	
EMPREENDIMENTO: Fazenda Conceição		CNPJ: -----	
MUNICÍPIO: COROMANDEL-MG		ZONA: Rural	
COORDENADA GEOGRÁFICA: LAT: - 18° 16' 12,256" LONG: - 46° 58' 52,607"			
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">• Não há incidência de fator locacional			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
G-02-04-06	Suinocultura com um plantel de 1.999 cabeças	02	0
G-02-07-0	Criação de bovinos em regime extensivo em uma área de 4,0 hectares.	NP	0
G-01-03-01	Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e c4,0ultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura em 5,00 hectares	NP	0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	ART:
Vinicius Gonçalves Rosa		CREA-MG: 176.852/D	14201900000005608400
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	
Amilton Alves Filho Analista Ambiental		1146912-9	
De acordo: Rodrigo Angelis Alvarez Diretor Regional de Regularização Ambiental		1.191.774-7	



Documento assinado eletronicamente por **Amilton Alves Filho, Servidor(a) Público(a)**, em 13/09/2021, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Diretor(a)**, em 13/09/2021, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **35122614** e o código CRC **3C40AF77**.

Referência: Processo nº 1370.01.0046884/2021-58

SEI nº 35122614



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada nº 4442/2021

O empreendedor Adamilton Gonçalves Rosa, Fazenda Conceição, localizada no município de Coromandel-MG, desenvolve a atividade de suinocultura (G-02-04-06), com um plantel de 1.999 cabeças, criação de bovinos em regime extensivo em uma área de 4,0 hectares (G-02-07-0), culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura em 5,0 hectares (G-01-03-01). A atividade de maior impacto ambiental é a suinocultura, sendo de pequeno porte e médio potencial poluidor, classe 02. A criação de bovinos em regime extensivo e o cultivo de culturas anuais são consideradas não passíveis de licenciamento ambiental. De acordo com as informações apresentadas o fator locacional para o empreendimento em questão é igual a zero.

No dia 24/08/2021, a consultoria contratada pelo empreendedor formalizou na SUPRAM TM o processo de licença ambiental para as atividades desenvolvidas no imóvel. Pela DN 217/2017 as atividades desenvolvidas no local são passíveis de licenciamento ambiental simplificado. Assim, o empreendedor apresentou o RAS (Relatório Ambiental Simplificado), com todas as informações necessárias para a análise do licenciamento ambiental simplificado.

De acordo com o RAS apresentado o imóvel possui uma área total de 21,4134 hectares, tabela 01

Item	Uso do solo	Área em hectares
01	Área de reserva legal averbada na matrícula	4,2827
02	Área de reserva legal no CAR	4,2827
03	Área de preservação permanente	0,00
04	Culturas anuais e pastagem	9,9975
05	Área de infraestrutura (sede, barracões e estradas)	0,7924
06	Vegetação nativa	7,1329
	Total	21,4134

Fonte: Adaptado do LAS/RAS, 2021



A Fazenda Conceição, não possui áreas de preservação permanente. A propriedade possui reserva legal averbada junto ao registro do imóvel, averbação AV3-16.618, com re-ratificação no AV-4-16.618, com área de 4,2827 hectares que correspondem a 20% da área do imóvel e está de acordo com a Lei Estadual 20.922/2013. A reserva legal está declarada no Cadastro ambiental rural nº MG3119302-A8CDC0131A134A8A9F0C9DD403668DF3.

O sistema de criação de suínos utilizado no local é o de unidade terminadora com um plantel de 1.999 cabeças. O produtor utiliza animais geneticamente melhorados e todos os insumos necessários (ração e medicamentos) com o intuito de atingir bons índices de produtividade. A propriedade possui atualmente 01 (uma) unidade (módulo), onde os animais são alojados. Na figura01, é possível ver os limites de propriedade rural.



Figura 01- Limites da propriedade rural.

Os efluentes da suinocultura são coletados e conduzidos para 01 (uma) lagoa anaeróbica impermeabilizada. Após a lagoa são aspergidos em área de pastagem ou de cultivo agrícola como adubo orgânico. A área de pastagem apta a receber os efluentes da suinocultura é de 9,9975 hectares.



Os animais mortos (suínos) são direcionados para composteira instalada próxima ao galpão de suínos. Após o processo de estabilização o resíduo é utilizado como fertilizante orgânico em áreas de pastagem.

- **Atividade de criação de bovinos em regime extensivo e demais atividades**

O empreendedor cria bovinos de leite em uma área de 4,0 hectares em sistema extensivo de criação. Os efluentes gerados na sala de ordenha são canalizados e direcionados para a lagoa de tratamento junto com os dejetos de suínos. Nas áreas de pastagem os animais ficam soltos e as fezes e urina são espalhadas pelos próprios animais, não representando risco de contaminação ambiental.

O descarte de cadáveres de mamíferos (vacas, bezerros, bezerras e bois) é um problema comum em todas as propriedades que praticam a pecuária extensiva ou intensiva. Desde que a causa de morte não seja uma doença grave que afeta o rebanho bovino o empreendedor poderá adotar diversas formas de descarte dos cadáveres, tais como: enterro, queima, incineração, processamento do animal morto, compostagem, digestão anaeróbica, hidrólise alcalina entre outras. Cabe o empreendedor optar por aquela forma disposição final que seja mais vantajosa. **No entanto, não poderá em hipótese alguma deixar o animal no ambiente, ou depositar a carcaça em Reserva legal.** Deixar o cadáver de bovino no ambiente para decomposição natural é proibido em muitos países. No entanto, é um prática comum em países com baixa tecnologia e falta de regras legais. O descarte de animais mortos (bovinos) pode ser uma oportunidade para aproveitamento dos seus coprodutos, desde que o motivo da *causa mortis* não seja uma doença contaminante para os rebanhos e para o ser humano. Assim, será condicionado ao empreendedor o destino ambientalmente correto dos cadáveres bovinos que são gerados no empreendimento.

Em relação ao cultivo de culturas anuais o empreendedor alega que cultiva 5,0 hectares de milho e soja para produção de ração animal.

Os efluentes sanitários gerados no empreendimento (média de 10,8 m³/mês), são direcionados para fossa séptica com filtro.

Em relação aos resíduos sólidos (embalagens e materiais recicláveis) o empreendedor alega que acondiciona em local adequado e posteriormente destinada para empresas que trabalham com reciclagem. Os resíduos de medicamentos veterinários são armazenados temporariamente em local adequado e posteriormente



são recolhidos. As embalagens de agrotóxicos são devolvidas conforme prevê a legislação vigente.

De acordo com as informações apresentadas no LAS/RAS existe 01 (uma) captação superficial, conforme tabela 02.

Item	Tipo de uso	Portaria de outorga/Cadastro	Situação junto ao IGAM
01	Captação superficial	Portaria n.º 1901587/2018	Deferida

Tabela 02 – Pontos de captação d'água.

Não foi apresentado nenhuma autorização para intervenção em área de preservação permanente ou supressão de vegetação. De acordo com as informações apresentadas não há necessidade de realizar essas intervenções.

Os processos erosivos inerentes à atividade agrícola são controlados mediante uso de práticas agrícolas como a adoção de terraços, plantio em nível e adoção de bolsões de infiltração.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

CONCLUSÃO

Com base nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento **“FAZENDA CONCEIÇÃO/ ADAMILTON GONÇALVES ROSA,”** para as seguintes atividades: suinocultura com 1.999 animais; criação de bovinos, extensivo em uma área de 4,0 hectares de pastagem; culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura em 5,0 hectares. **A fazenda está localizada no município de Coromandel-MG e a licença ambiental simplificada possui um prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.**

Esclarecemos que esta decisão foi embasada unicamente nos estudos apresentados não sendo realizada vistoria prévia. Vale salientar que a veracidade das informações, a segurança dos equipamentos, construções e eficiência dos sistemas de controle ficam sob a responsabilidade do empreendedor e responsáveis técnicos.

ANEXO I



Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “FAZENDA CONCEIÇÃO/ADAMILTON GONÇALVES ROSA”.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença
02	Comprovar anualmente com relatório técnico e ART que os cadáveres de bovinos estão sendo destinados adequadamente. Em hipótese alguma o empreendedor pode deixar o animal no ambiente, ou depositar a carcaça em reserva legal.	Apresentar anualmente durante a vigência da licença ambiental.



ANEXO II

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “FAZENDA CONCEIÇÃO/ADAMILTON GONÇALVES ROSA”.

1.0 RESÍDUOS SÓLIDOS E REJEITOS

1.1 Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Relatórios: Apresentar à SUPRAM TM **SEMENTRALMENTE**, o Relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG. Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DESTINAÇÃO FINAL			QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre)			OBS.
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantidade Destinada	Quantidade Gerada	Quantidade Armazenada	
							Razão social	Endereço completo				

(*)1 – Reutilização
2 – Reciclagem
3 - Aterro sanitário
4 - Aterro industrial
5 – Incineração

6 - Co-processamento
7 - Aplicação no solo
8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)
9 - Outras (especificar)

Observações:

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações;
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.



2.0 SOLO

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Nas áreas submetidas às aplicações dos resíduos/efluentes da suinocultura) ^{1,2,3,4}	pH, K (Potássio), P (Fósforo), Al (Alumínio), Na (Sódio), Cu (Cobre), Zn (Zinco), Ca (Cálcio), Mg (Magnésio), S (Enxofre), Saturação por base, C (Carbono), Matéria Orgânica , CTC total, CTC efetiva e soma de bases.	Anualmente, nos meses de dezembro, durante a vigência da licença

(1) Seguir recomendação da aplicação de compostos orgânicos elaborada por técnico habilitado, seguindo os princípios agrônômicos e projetos pertinentes.

(2) A recomendação da taxa de aplicação dos efluentes industriais no solo deve ser elaborada/revista anualmente de acordo com os critérios agrônômicos.

(3) A amostragem deverá ser realizada na camada de 0-20 cm, conforme “*Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais, 5ª Aproximação, capítulo 1 – Amostragem de solo, pg. 13 -20*” (Lopes & Alvarez, 1999) e possíveis atualizações.

(4) A cada análise realizada, apresentar croqui da área com os pontos de amostragem georreferenciados. Caso a aplicação ocorra em propriedade diversa, anexar anuência do proprietário.

Relatórios: Enviar à Supram TM, no 1º ano, no 5º ano e no 10º ano da vigência da licença, até o dia 20 do mês subsequente ao do aniversário da licença ambiental, as análises de solo realizadas anualmente, acompanhadas de laudo técnico conclusivo quanto ao balanço nutricional do sistema solo-planta, com ênfase no estado nutricional do solo e sua condição em continuar recebendo o tipo de fertilizante com vistas aos aspectos ambientais. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem. Na impossibilidade da realização de amostragem pelo responsável técnico, o empreendedor deve cumprir as exigências dispostas no Art. 4º da Deliberação Normativa COPAM nº 216, de 27 de outubro de 2017, para tal. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.



Métodos de análise: Conforme “*Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais, 5ª Aproximação, capítulo 4 – Apresentação dos resultados das análises de solo, pg. 21 - 24*” (Lopes & Alvarez, 1999) e possíveis atualizações.

3.0 LAGOA DE TRATAMENTO.

Enviar anualmente um relatório técnico com ART, atestando que a lagoa de tratamento está funcionando adequadamente. Anexar um lado que atesta que a lagoa está impermeabilizada adequadamente.